

Manifesto da Sociedade Brasileira de Etologia pela ciência, pela vida e pela coexistência pacífica

A Sociedade Brasileira de Etologia manifesta seu compromisso com a conservação da biodiversidade, a pesquisa científica, a formação de novas gerações e a coexistência pacífica entre os diferentes povos e comunidades brasileiras e entre os seres humanos e os demais animais. Defendemos um Brasil que respeite sua diversidade cultural e biológica e assegure a continuidade de seus povos, florestas, rios e demais ecossistemas.

Como sociedade científica dedicada ao estudo do comportamento animal, incluindo o humano, reconhecemos nossa responsabilidade de contribuir para o debate público. O conhecimento que produzimos deve orientar a conservação das espécies, a proteção de seus habitats, o bem-estar animal e a construção de relações que reduzam a violência e o sofrimento.

As escolhas políticas afetam diretamente as possibilidades de continuidade dos povos e da natureza. Decisões sobre proteção ambiental, financiamento da pesquisa, educação e direitos territoriais têm consequências sobre vidas humanas e não humanas, no presente e nas próximas gerações. Por isso, propostas, discursos e trajetórias políticas precisam ser avaliados por suas consequências concretas.

A conservação ambiental é essencial também à produção de alimentos e à economia. **O agronegócio e a agricultura familiar dependem de água, solos conservados, polinizadores e condições climáticas adequadas.** A floresta amazônica participa da circulação de umidade que alimenta chuvas em regiões produtoras, enquanto a vegetação nativa abriga polinizadores importantes para diversas culturas agrícolas. Proteger a natureza é, portanto, proteger as condições que sustentam a produção e a vida no campo. Defendemos uma agropecuária apoiada em ciência, recuperação de áreas degradadas e respeito à biodiversidade e às comunidades.



Preservar e restaurar ecossistemas também contribui para reduzir os riscos e os impactos de desastres socioambientais. Essas ações devem integrar políticas de planejamento territorial, moradia segura, infraestrutura, monitoramento científico e defesa civil. Não é possível eliminar todos os riscos, mas decisões públicas responsáveis podem reduzir perdas e salvar vidas.

Nesse contexto, reconhecemos medidas adotadas pelo governo federal sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, desde 2023: a retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal; o reajuste das bolsas do **CNPq e da CAPES, necessário à formação de pesquisadores; a criação do Pé-de-Meia, voltado à permanência e à conclusão do ensino médio público por estudantes de baixa renda; e a criação do Ministério dos Povos Indígenas**, acompanhada da retomada de homologações de terras e de ações de proteção territorial. São iniciativas que merecem continuidade, aperfeiçoamento e avaliação pública.

Essas ações expressam compromissos fundamentais para o país: sustentar a produção de conhecimento, ampliar oportunidades de formação e proteger territórios e modos de vida. Sua continuidade exige financiamento estável, valorização dos profissionais da educação e da ciência e participação efetiva dos povos originários nas decisões que lhes dizem respeito. O fortalecimento do SUS, por meio de iniciativas como a retomada do Mais Médicos e a ampliação da gratuidade dos itens da Farmácia Popular, também integra esse compromisso com o cuidado e a redução das desigualdades.

A importância desses compromissos ultrapassa nossas fronteiras. A conservação dos ecossistemas brasileiros contribui para proteger a biodiversidade e enfrentar a mudança climática global. Investir em pesquisa e formação amplia a capacidade do Brasil de produzir e compartilhar conhecimentos para responder a esses desafios. Proteger esse patrimônio é uma responsabilidade com a população brasileira e com o mundo.



Reconhecer avanços exige cobrar coerência, enfrentar insuficiências e impedir retrocessos. Nossa autonomia científica implica avaliar criticamente qualquer governo e defender políticas públicas duradouras, orientadas por evidências, transparência e participação social.

É necessário distinguir compromissos com o cuidado e a coexistência de discursos e práticas que estimulam o ódio, desqualificam a ciência ou favorecem a destruição ambiental. Repudiamos o racismo, a intolerância, a incitação à violência, os ataques aos direitos dos povos e comunidades e a crueldade contra os animais. A divergência democrática deve coexistir com o respeito à dignidade, aos direitos e à vida.

Conclamamos a sociedade brasileira a considerar esses compromissos em suas escolhas políticas e na cobrança cotidiana de seus representantes. O futuro do Brasil depende de decisões que assegurem a produção de conhecimento, a formação de novas gerações e a continuidade da vida em sua diversidade.

Pela ciência, pela democracia, pela conservação da natureza e pela coexistência pacífica, afirmamos nosso compromisso com esse futuro.

Sociedade Brasileira de Etologia
8 de out. de 2026

SBE^t



Sociedade Brasileira de Etologia